

**LEI Nº 045/99**

**Mulungu, 09 de Agosto de 1999**

**Dispõe sobre a criação do FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MULUNGU.**

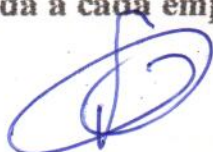
**CAPÍTULO I**

**DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES GERAIS.**

**Art. 1º - Fica criado nos termos do Art. 87 da Lei Orgânica do Município, o FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, destinado a concessão de garantias, que terá suas fontes constituídas na forma do Art. 5º desta Lei, tendo por objetivo o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a concessão de avales a operações de crédito contratadas junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, em consonância com os planos municipais de desenvolvimento.**

**Art. 2º - Respeitadas as disposições dos planos municipais de desenvolvimento, serão observadas as seguintes diretrizes na concessão de avales às operações de crédito:**

- I- Concessão de avales exclusivamente a operações financeiras de suporte aos setores produtivos do Município;**
- II- Tratamento preferencial aos micros e pequenos empreendimentos, de uso intensivo de matérias - primas e mão - de - obras locais;**
- III- Prioridades às atividades que produzem, beneficiam e comercializam alimentos básicos para o consumo da população;**
- IV- Condicionamento dos avales à organização administrativa das empresas, capacitação gerencial e técnica dos empreendedores, bem como a prestação de assistência técnica especializada a cada empreendimento;**



V- Apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos que estimulem a geração de emprego e renda no Município;

VI- Exigência de utilização sustentável dos recursos naturais e preservação do meio ambiente.

## CAPÍTULO II

### DA FINALIDADE:

Art. 3º- O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL destina - se exclusivamente à concessão de avales para garantir operações de crédito contratados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A pelos beneficiários.

## CAPÍTULO III

### DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 4º - Serão beneficiários dos avales concedidos pelo FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL as pequenas e micro - empresas, as cooperativas, as associações de produtores e os pequenos empreendimentos individuais do setor informal da economia, os quais desenvolvam atividades nos setores industrial, artesanal, agro - industrial, agropecuário, comercial e de prestação de serviços no Município de Mulungu.

Parágrafo Único - Considera-se para efeitos de classificação dos possíveis beneficiários do FUNDO, os critérios utilizados pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A, definidos nos seus normativos internos.

## CAPÍTULO IV

### DOS RECURSOS

Art. 5º - Constituem-se fontes de receita do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL;

I- Recursos do Tesouro Nacional;







- 

- I- Possíveis beneficiários;
- II- Finalidade da operação;
- III- Itens financiáveis;
- IV- Fontes de recursos;
- V- Encargos;
- VI- Percentual de investimento total a ser financiado;
- VII- Valor máximo a ser financiado.

## CAPÍTULO VII

### DO COMITÊ MUNICIPAL DO BANCO DO NORDESTE - PROGER.

Art. 9º - Compete ao comitê do Banco do Nordeste - PROGER do Município:

- I- apreciar os financiamentos a serem avaliados pelo FUNDO encaminhando ao Banco do Nordeste as propostas aprovadas pela plenária;
- II- Estabelecer prioridades para concessão dos vales do FUNDO;
- III- Acompanhar e avaliar os resultados obtidos pelos projetos financiados;
- IV- Fiscalizar os projetos garantindo a correta utilização dos recursos, sem prejuízos da ação fiscalizadora regular do Banco do Nordeste;
- V- Examinar os demonstrativos mensais de utilização dos recursos e resultados do FUNDO fornecidos pelo Banco do Nordeste.

## CAPÍTULO VIII

### DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU

Art. 10º - Compete a Prefeitura Municipal de Mulungu:



- I- Manter conta de depósito no Banco do Nordeste em nome do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE MULUNGU e transferir para a referida conta os valores destinados ao FUNDO nas datas e respectivas liberações;
- II- Atribuir a gestão financeira do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL ao Banco do Nordeste, outorgado ao Banco a faculdade de aplicar livremente os recursos do FUNDO nas datas e respectivas liberações;
- III- Autorizar ao Banco do Nordeste e conceder, em seu nome mediante procuração, avales às operações de crédito, na forma definida pela presente Lei;
- IV- Autorizar o Banco do Nordeste a debitar o FUNDO todos os encargos, taxas e valores devidos em Função da presente Lei, como também os encargos referentes a contratos ou convênios celebrados pela Prefeitura com a finalidade de capitalizar o FUNDO;
- V- Apresentar ao Comitê Municipal do Banco do Nordeste - PROGER os demonstrativos mensais de utilização dos recursos e resultados do FUNDO fornecidos pelo Banco.

## CAPÍTULO IX

### DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Art. 11º - Cabe ao Banco do Nordeste do Brasil S.A a gestão financeira do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, observadas as atribuições previstas nesta Lei, assim como:

- I- Gerir os recursos do FUNDO, controlar suas movimentações e aplicar os saldos disponíveis nos seus produtos financeiros;
- II- Creditar ao FUNDO os rendimentos das aplicações financeiras dos saldos aplicados;
- III- Examinar a viabilidade econômica - financeira dos projetos;

- IV- Deferir ou indeferir as operações de crédito propostas;
- V- Enquadrar cada operação aprovada em um dos programas usuais de crédito;
- VI- Conceder, em nome da Prefeitura Municipal de Mulungu, avales das operações de créditos, na forma definida pela presente Lei;
- VII- Controlar a situação dos financiamentos, bem como providenciar a cobrança de inadimplementos;
- VIII- Debitar o FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, todos os encargos e taxas devidos em função da presente Lei, assim como os encargos devidos por força de contratos e convênios celebrados pela Prefeitura Municipal de Mulungu com a finalidade de capitalizar o FUNDO;
- IX- Colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Mulungu demonstrativos com posições mensais dos recursos, aplicações e resultados do FUNDO.

## CAPÍTULO X

### DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.

Art. 12º - A operacionalidade do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, ficará a cargo do Banco do Nordeste no que se refere à concessão de avales em nome da Prefeitura Municipal de Mulungu e ao controle das operações de crédito avalizados com os recursos do FUNDO.

Art. 13º - Estando caracterizada a situação de inadimplência do mutuário, de acordo com os critérios adotados pelo Banco do Nordeste, este estará autorizado a sacar do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, o valor dado em garantia da respectiva operação de crédito, independente de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais.

Parágrafo Único - No caso de inadimplência referido no "caput" deste artigo, caberá ao Banco do Nordeste S.A. exercer os seus direitos de cobrança, ressarcido o FUNDO os valores acaso recuperados.



**Art. 14º - Pela concessão dos avales do Banco do Nordeste S.A cobrará em nome da Prefeitura Municipal de Mulungu, no ato da liberação da primeira parcela do financiamento, e calculadas sobre o valor do aval concedido, as taxas abaixo relacionadas:**

- a) Financiamento em até 24 meses 2% ( dois por cento)**
- b) financiamento em até 36 meses 3% ( três por cento)**
- c) Demais financiamentos 5% ( cinco por cento)**

**Parágrafo Único - As taxas cobradas na forma do presente artigo serão revestidas em favor do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE MULUNGU.**

## **CAPÍTULO XI**

### **DA DISSOLUÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

**Art. 15º - A Câmara Municipal de Mulungu com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, poderá votar e decretar por quaisquer motivos, a dissolução do FUNDO cessando todas as suas atividades.**

**Art. 16 º- Decretada a dissolução do FUNDO este somente entrará definitivamente extinto quando houver a quitação geral de suas obrigações, inclusive para com o Banco do Nordeste S.A, que atuará como o seu administrador, até o recebimento total dos financiamentos avalizados pelo FUNDO.**

**Parágrafo Único - Uma vez quitadas as obrigações referidas no "Caput" deste artigo, o saldo apurado na conta corrente do FUNDO junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A terá sua destinação decidida pela Prefeitura Municipal de Mulungu que definirá os critérios para a devolução dos recursos entre os participantes e doadores.**

## **CAPÍTULO XII**

### **DA DISPOSIÇÃO FINAL**

**Art. 17º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**





Paço da Prefeitura Municipal de Mulungu, aos 09 (nove) dias do mês de Agosto de 1999.

*Francisco Weleton Martins Freire*  
FRANCISCO WELETON MARTINS FREIRE  
PREFEITO MUNICIPAL